

Abaixo assinado a seguir, qualificando, vem requerer:

**Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete**

MG

Endereço: Av. Prefeito Mario Rodrigues Pereira, 10 - Centro - (31) 3769-2626 - CONSELHEIRO LAFAIETE -

PROCESSO EXTERNO**Nº 4869 / 2021****vol.0**

Data de Abertura : 30/06/2021

Hora de Abertura : 12:54

Assunto : **DIVERSOS**

Interessado : VIAÇÃO UMUARAMA LTDA

CNPJ : 76.354.281/0001-42

Endereço : AVENIDA APUCARANA

Bairro : CENTRO

Cidade : UMUARAMA

Telefone : 3130737575

E-mail :

Celular :

, 3890 ,

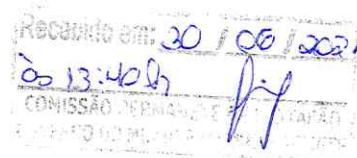
CEP : 87501230

UF : PR

Encaminhar Para : DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

Descrição do Processo : IMPUGNAÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO , CONFORME DOCUMENTOS ANEXO .

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE



ASSINATURA SERVIDOR / CARIMBO

Para verificar seu protocolo, acesse o endereço eletrônico www.conselheirolafaiete.mg.gov.br

**ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO CHAMAMENTO
PÚBLICO SIMPLIFICADO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE**

VIAÇÃO UMUARAMA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Apucarana, n. 3.890, Umuarama/PR, inscrita no CNPJ sob o n. 76.354.281/0001-42, por seu Representante Legal, no Chamamento Público Simplificado PARA SELEÇÃO DE INTERESSADOS NA PERMISSÃO, A TÍTULO PRECÁRIO, DA EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO E RURAL NO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE, tendo em vista a interposição de Recurso Administrativo pela empresa Transbellaflor Transportes e Fretamento EIRELLI, vem à presença de V. S.a. com base no Art. 109, §3º da Lei 8.666/93 c/c subitem 12.6 “a” do Edital, apresentar

IMPUGNAÇÃO

Com base nos fatos e fundamentos de direito a seguir:

I INABILITAÇÃO POR AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO

Conforme se depreende da ata de 18/06/21, 09 h30min, a recorrente foi inabilitada pelo seguinte motivo:

UMUARAMA LTDA atendeu à todas as exigências editalícias contidas nestes tópicos. Em relação à empresa TRANSBELLAFLORE TRANSPORTES E FRETAMENTO EIRELLI, detectou-se fundamento para sua inabilitação, visto que: a) não apresentou a Certidão Negativa Municipal de Débitos Imobiliários, não atendendo aos requisitos do item 6.3.6 do Edital, haja vista que a certidão municipal apresentada se refere exclusivamente a débitos de natureza mobiliária. Cumpre ressaltar, ainda, que na declaração apresentada

Como visto a motivação da inabilitação no caso decorreu pela ausência de apresentação de documento exigido no edital.



Nesse sentido vale lembrar que a CPL e os licitantes estão vinculados às regras do edital e não podem desconsiderar as exigências constantes no ato convocatório por força da própria lei 8.666/93, Arts. 3º e 41:

*Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

*Art. 41. A **Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.***

Caso a Recorrente entendesse pela ilegalidade de alguma exigência editalícia, deveria interpor a competente impugnação conforme faculta o Art. 41, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93:

Art. 41.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

Não optando a Recorrente em impugnar o edital, operou-se a preclusão consumativa, do Art. 2º (*Decairá do direito de impugnar*) não sendo possível agora alegar eventual não aplicabilidade de qualquer dispositivo à sua condição.



Portanto, deve a decisão da CPL ser ratificada e confirmada pela autoridade superior, mantendo a inabilitação da Recorrente

II ALEGAÇÃO DE PSEUDO GRUPO ECONÔMICO

Ciente do seu insucesso na tentativa de se habilitar no certame, a Recorrente lançou mão de expediente inusitado e infundado de existência de Grupo Econômico para tentar impedir a análise dos documentos na fase de classificação da Impugnante.

Com absoluta certeza a Recorrente tenta dar interpretação indevida e tendenciosa do conceito de grupo econômico, desconhecendo até mesmo sua aplicação.

Sobre a questão vale citar artigo do eminente Administrativista, Prof. Ivan Barbosa Rigolin, intitulado, “Empresas do mesmo Grupo Econômico podem concorrer na mesma licitação”, podendo ainda ser acessado na BDJUR – Biblioteca Digital Jurídica do STJ <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/29897> (anexo1):

LICITAÇÃO - EMPRESAS DO MESMO GRUPO ECONÔMICO PODEM CONCORRER NA MESMA LICITAÇÃO

Ivan Barbosa Rigolin





Licitação. Pessoas jurídicas e pessoas físicas. Empresas do mesmo grupo em uma

licitação. 1. É princípio basilar de direito, consagrado há alguns séculos, que pessoas jurídicas não se confundem com as pessoas físicas suas proprietárias. Fora de outro modo, não haveria razão alguma para se instituírem empresas. 2. Em uma licitação, aberta indiscriminadamente aos fornecedores do ramo pertinente ao objeto licitado, podem regularmente participar quantas empresas desejarem, pertencentes ao mesmo proprietário, ou ao mesmo grupo, ou a proprietários vinculados por matrimônio ou outra relação familiar, sem qualquer possível obstaculização pelo poder público, porque juridicamente insustentável.

I - Temos recebido freqüentes consultas indagando sobre a possibilidade de algumas empresas do mesmo grupo econômico, ou da mesma família de proprietários, ou da mesma pessoa, ou pertencentes a pessoas casadas dentre si, podem participar como licitantes distintos do mesmo procedimento licitatório instaurado pelo poder público.

Indaga-se, em suma, se sob o ponto de vista jurídico é legal e regular, ou por outro lado seria irregular ou ilegal, a participação, em uma mesma licitação, de empresas - pessoas jurídicas distintas - cujos quadros societários incluam pessoas unidas por vínculo familiar, ou econômico. Uma específica indagação foi sobre se poderiam concorrer entre si empresas sendo sócio de uma o marido da sócia de outra. Informa-se ainda que em geral os certames em questão são concorrências e tomadas de preços, e não convites.

A preocupação demonstrada em todas as consultas revela-se evidente: participando do mesmo certame empresas do mesmo grupo, ou empresas a cujas propostas a mesma pessoa teria garantido acesso, isto não afrontaria o princípio e a regra do *sigilo das propostas*, sabido e conhecido direito dos participantes de toda e qualquer licitação?

II - Não, é a resposta. Respondamos desde logo, para a seguir justificar.

Como visto inexistente irregularidade, com o especial destaque que **pessoas jurídicas são diferentes das pessoas físicas**, não lhes podendo compartilhar efeitos.

Cabe a ressalva também, que quando se discute eventual ilegalidade está ela ligada a participação conjunta em licitação, **o que efetivamente não é o caso.**

A Recorrente tenta de forma tangenciada e impertinente relacionar a anterior prestadora de serviços à Impugnante, sendo que inexistente correlação direta ou indireta entre ambas, posto que pessoas jurídicas diferenciadas, com CNPJ próprios e individualizados, gestões e administrações diferenciadas e obrigações e contratos também distintos.

A recorrente pretende dar ares de ilegalidade, sem, contudo, demonstrar de forma cabal e principalmente documental onde reside ilegalidade.

Vale trazer, inclusive posição do TCU, que mesmo, a participação de empresas do mesmo grupo econômico numa mesma licitação, até mesmo com relação de parentesco, não encontra vedação legal. Nesse sentido:



Número 151

Sessões: 1º de novembro de 2016

Este Boletim contém informações sintéticas de decisões proferidas pelos Colegiados do TCU que receberam indicação de relevância sob o prisma jurisprudencial no período acima indicado. O objetivo é facilitar ao interessado o acompanhamento dos acórdãos mais importantes do Tribunal. Para aprofundamento, o leitor pode acessar o inteiro teor das deliberações por meio dos links disponíveis. As informações aqui apresentadas não são repositórios oficiais de jurisprudência.

Acórdão 2803/2016 Plenário (Representação, Relator Ministro-Substituto André de Carvalho)

Licitação. Parentesco. Vedação. Inexistência. Sócio. Fraude.

Não existe vedação legal à participação, no mesmo certame licitatório, de empresas do mesmo grupo econômico ou com sócios em relação de parentesco, embora tal situação possa acarretar quebra de isonomia entre as licitantes. Ademonstração de fraude à licitação exige a evidenciação do nexo causal entre a conduta das empresas com sócios em comum ou em relação de parentesco e a frustração dos princípios e dos objetivos da licitação.

Ademais, a Recorrente quer imputar responsabilidade a um ex-sócio da antiga concessionária, sendo que, por óbvio, as obrigações da pessoa física não se confundem, nem se transferem às pessoas dos sócios, sendo essa uma premissa básica de direito civil.



Caso tenha havido algum impedimento ou restrição, **em função de inadimplemento** da antiga concessão, **por absoluta certeza ela estaria vinculada à pessoa jurídica que era a concessionária do serviço público, nos termos da Lei 8.987/95** e do respectivo edital. Nunca a pessoa do ex-sócio.

Assim, não se pode pretender, como quer a Recorrente de imputar restrição ou vedação à impugnante por fato absolutamente inexistente à um componente do quadro societário da Impugnante.

E, por derradeiro, cabe a indagação, posto que a Recorrente não se dignou a apresentar qualquer documento no corpo do seu recurso: qual foi a penalidade imposta à antiga concessionária?

Não existindo pena lançada à anterior concessionária, como pode se alegar de efeito ou restrição em função de sanção inexistente...



III PEDIDO

Ante o exposto, a Impugnante requer seja recebida a presente impugnação para:

- negar provimento ao recurso, quanto a inabilitação da recorrente pela falta de documentação e
- negar provimento ao recurso, quanto ao pedido de inabilitação da Impugnante por eventual restrição de grupo econômico.

P. Deferimento.

Umuarama/PR, 29 de junho de 2021



VIAÇÃO UMUARAMA LTDA
CNPJ 76.354.281/0001-42
ROGÉRIO PAIVA CONSTATINO
SÓCIO DIRETOR
RG: M-6.017.195
CPF: 842.634.316-34

ANEXO 1

ARTIGO IVAN RIGOLIN

